ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ

CONCURSO PÚBLICO 2025

NÍVEL SUPERIOR – MANHÃ

ESPECIALISTA LEGISLATIVO - NÍVEL IV

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA
TIPO 2 (VERDE)

SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas e uma folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões.**

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**.
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

FGV CONHECIMENTO

CONHECIMENTOS BÁSICOS
Língua Portuguesa

Atenção: o Texto a seguir se refere às seis próximas questões.

Iniciativas que estão transformando a Educação no Rio

Atualmente, diversas iniciativas estão transformando a educação no Rio de Janeiro, proporcionando novas abordagens que impactam positivamente alunos e professores. Programas inovadores estão sendo implementados para criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo.

Uso de Tecnologia Educacional

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva. Isso não só facilita o acesso ao conhecimento, como também estimula a autonomia.

Projetos Sociais e Comunitários

Iniciativas sociais, como projetos que envolvem a comunidade local, têm mostrado resultados promissores. Programas de reforço escolar, atividades extracurriculares e parcerias com ONGs ajudam a complementar a educação formal e oferecem suporte adicional aos estudantes.

Formação Continuada de Professores

A formação continuada de professores é outra peça fundamental nesta transformação. A capacitação em novas metodologias e tecnologias de ensino prepara os educadores para lidar com os desafios atuais, oferecendo auxílio para que eles possam explorar todo o potencial de seus alunos.

Essas iniciativas, quando unidas, criam um ecossistema mais forte para a educação no Rio, contribuindo para uma aprendizagem mais rica e efetiva. A comunidade escolar ganha muito com a implementação de ações que promovem a inclusão e a inovação.

O futuro da educação no Rio de Janeiro

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis, espera-se que mais alunos sejam motivados e alcançados. A colaboração entre todos os agentes envolvidos é crucial para alcançar resultados positivos.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, 2025.

1

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o principal objetivo do Texto.

(A) Dar uma visão positiva da educação no Rio de Janeiro, destacando medidas tomadas para sua melhoria.
(B) Informar o público em geral sobre a situação educacional do Estado.
(C) Mostrar a preocupação do governo do Estado em adaptar as escolas a mudanças tecnológicas importantes.
(D) Criticar o atual estado da conjuntura educacional, mostrando graves problemas.
(E) Difundir mudanças educacionais positivas, para que o exemplo possa espalhar-se pelo país.

2

O texto traz a frase:

"*À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis ...*", em que ocorre o uso correto de pronomes pessoais oblíquos.

Assinale a opção em que a colocação do pronome pessoal oblíquo também está gramaticalmente correta.

(A) "Deveria existir uma pitada de diletantismo na crítica, pois o diletante é um entusiasta que ainda não acomodou-se e não está preso aos hábitos."
(B) "Não pode chamar-se realmente de língua o idioma que não possui escritor."
(C) "Se enganam aqueles que querem combater o uso com a gramática."
(D) "Ai dos feitores de traduções literárias que, ao traduzirem cada palavra, enfraquecem o sentido! Este é bem o caso em que não pode se dizer que a letra mata e o espírito vivifica."
(E) "Podes conhecer o espírito de qualquer pessoa, se observares como ela comporta-se ao receber elogios."

3

Leia o trecho a seguir.

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva.

O emprego de novas tecnologias na Educação pretende, fundamentalmente,

(A) mostrar a competência das autoridades educacionais do Estado em áreas da modernidade.
(B) aumentar a participação efetiva dos alunos nos processos educacionais utilizados.
(C) fazer com que a educação brasileira se equipare às mais adiantadas do mundo.
(D) desenvolver processos mentais de maior rapidez e eficiência no ensino.
(E) aplicar métodos pedagógicos modernos, só passíveis de utilização com a computação.

4

Analise o fragmento a seguir.

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Entre as modificações propostas no fragmento acima para a área da educação no Estado do Rio de Janeiro, só ***não*** é citada

(A) a participação da comunidade na vida escolar.
(B) a aplicação de novos meios tecnológicos.
(C) a inclusão de todos os educandos no processo.
(D) a necessidade de melhores condições de trabalho.
(E) a adoção de medidas criativas.

5

Analise o segmento a seguir.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Depreende-se desse segmento que

(A) a prosperidade econômica depende exclusivamente da renovação do processo educacional.
(B) a educação pública deve ser priorizada sobre a privada.
(C) a educação é ferramenta indispensável para a construção de um futuro econômica e politicamente positivo.
(D) as mudanças significativas ocorrem com a mudança educacional, apesar das interrupções políticas.
(E) os processos educacionais devem priorizar a área econômica, pois dela depende todo o restante.

6

O texto fala de plataformas *online*, utilizando-se de um estrangeirismo de uso corrente.

As frases a seguir mostram palavras ou expressões de origem latina (*latinismos*), frequentes em nossa língua escrita culta.

Assinale a opção que mostra a frase em que o *latinismo* empregado tem seu equivalente em língua portuguesa corretamente indicado.

(A) A carta trazia um *post scriptum* que mencionava a exigência. / informação oculta.
(B) A transferência *ad hoc* do funcionário havia sido feita. / para outro posto.
(C) *Ex abrupto* todas essas coisas ocorreram. / De repente.
(D) Dois dias depois acharam um *modus vivendi.* / meio de sobreviver.
(E) Surpreendido em pleno delito, ouviu a frase *Tu quoque, Brute* em tom de comédia. / Que coisa feia!

7

Nas frases a seguir há um termo precedido de artigo definido.

Assinale a frase em que a função desse artigo está ***incorretamente*** identificada.

(A) "Esta ideia, rútila e grande, - trajada ao bizarro, como diria o padre Bernardes, - esta ideia começou uma vertigem de cabriolas e eu deixei-me estar com os olhos nela..." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Antes de nomes próprios personativos, implica a noção de intimidade, afetividade, conhecimento.
(B) "Todo aquele reviver das coisas parecia estar pedindo uma igual aurora nas almas. Estas é que deveriam falar ali a sua língua delas, amorosa e cândida." (*A Mão e a Luva*) / Antes de pronome adjetivo possessivo mostra função identificadora, realçando a ideia de posse.
(C) "-Bem, agora é tarde, amanhã levo-lhe os dez contos." (*Quincas Borba*) / Mostra valor demonstrativo.
(D) "Para dizer tudo, devo confessar que o coração me batia um pouco." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Mostra valor possessivo.
(E) "E ela percorria toda a conversação, e não achava nada que explicasse a frieza dele." (*Quincas Borba*) / Mostra valor equivalente ao artigo indefinido.

8

Assinale a opção que apresenta a frase em que há ***erro ortográfico*** em um dos termos sublinhados.

(A) *Bom dia*, companheiros, retribuiu o diretor ao *bom-dia* dos funcionários presentes.
(B) José era *bem-educado*, ao contrário do irmão, que não havia sido *bem educado* pelos pais.
(C) Na *segunda feira* que visitaram, disseram-lhes que na próxima *segunda-feira* haverá mais barracas.
(D) O anfitrião queria o *bem estar* de todos e por isso mesmo queria o *bem-estar* dos convidados.
(E) O meu filho vive no mundo do *faz-de-conta* e às vezes a babá *faz de conta* que é mãe dele.

9

Entre as frases a seguir, assinale aquela em que a preposição ***a*** tem valor semântico de *finalidade*.

(A) "Pode ir *a* São Paulo, a Pernambuco ou ainda mais longe." (*Dom Casmurro*)
(B) "Alguma vez desceu *a* jantar, com os olhos vermelhos e a fronte pesarosa." (*Helena*)
(C) "Também Capitu, em solteira, fora tratá-la *à* Rua dos Inválidos." (*Dom Casmurro*)
(D) "Tio Cosme acomodava as carnes, e a besta partia *a* trote." (*Dom Casmurro*)
(E) "Era lido, posto que de atropelo, o bastante para divertir ao serão e *à* sobremesa." (*Dom Casmurro*)

10

Assinale a opção que apresenta a frase que ***não*** mostra desvio gramatical, com referência à norma culta.

(A) "É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

(B) "Eram tantos os castelos que meu pai engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados..." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

(C) "— Procura pelo senhor? — Parece que procura, respondeu Raimundo tapando o riso com a mão; mas eu tranquei ele no quarto, para não fugir." (*Quincas Borba*)

(D) "Meses depois fui para o seminário de São José. Se eu pudesse contar as lágrimas que chorei na véspera e na manhã, somaria mais que todas as vertidas desde Adão e Eva." (*Dom Casmurro*)

(E) "Aquela intimidade de vizinhos tinha de acabar nisto, que é verdadeiramente uma bênção do céu, porque ela é um anjo, é um anjíssimo..." (*Dom Casmurro*)

Noções de Informática

11

Uma lista contendo 500 nomes de servidores encontra-se disposta de forma aleatória. O setor de Recursos Humanos precisa organizá-la em ordem alfabética crescente (de A a Z).

Assinale a opção que indica, no MS-Excel, o recurso usado para organizar dados com base em critérios alfabéticos ou numéricos.

(A) Filtro.

(B) Classificar.

(C) Congelar Painéis.

(D) Tabela Dinâmica.

(E) Validação de Dados.

12

Durante uma pesquisa no Google Chrome, um usuário fechou acidentalmente uma aba que continha informações importantes.

Assinale a opção que apresenta o atalho de teclado que permite reabrir a última aba que foi fechada no navegador.

(A) Ctrl + T

(B) Ctrl + N

(C) Ctrl + Shift + T

(D) Ctrl + Shift + N

(E) Alt + F4

13

Durante a redação de um texto, um funcionário usou o comando `Ctrl + C` em três frases diferentes, em momentos distintos. Ele deseja acessar o histórico para escolher qual das frases colar agora.

Assinale a opção que apresenta a combinação de teclas que deve ser usada no Windows 10 para abrir a interface do Histórico da Área de Transferência.

(A) Ctrl + V

(B) Alt + Tab

(C) Windows + V

(D) Windows + H

(E) Shift + Insert

14

Um servidor está preparando uma apresentação para uma audiência pública e deseja que, ao passar do *slide* 1 para o *slide* 2, surja um efeito do tipo "Empurrão".

Assinale a opção que indica, no MS-PowerPoint, o efeito que é aplicado ao movimento que ocorre durante a mudança entre um *slide* e outro.

(A) Animação.

(B) Transição.

(C) *Design.*

(D) *Layout.*

(E) Botão de Ação.

15

Um servidor criou uma tabela no Word para listar deputados e suas respectivas comissões. Ele precisa que a primeira linha da tabela, ou seja, o cabeçalho da tabela, apareça automaticamente no topo de cada nova página, caso a tabela se estenda por várias folhas.

Assinale a opção nas "Propriedades da Tabela" ou na guia "*Layout*" que permite realizar essa ação.

(A) Dividir Tabela.

(B) Classificar.

(C) Repetir Linhas de Cabeçalho.

(D) Converter em Texto.

(E) Ajuste Automático.

16

Um analista precisa verificar se o gasto de um gabinete ultrapassou o teto de R$ 30.000,00. O valor gasto está na célula `A10`. Se ultrapassar, a planilha deve exibir "ALERTA", caso contrário, "OK".

Assinale a opção que mostra a fórmula, quando aplicada no MS-Excel, que executa corretamente essa tarefa.

(A) =SOMA(A10>30000; "ALERTA"; "OK")

(B) =SE(A10>30000; "ALERTA"; "OK")

(C) =PROCV(A10>30000; "ALERTA"; "OK")

(D) =CONT.SE(A10>30000; "ALERTA")

(E) =MÁXIMO(A10; 30000)

17

Um servidor precisa enviar um conjunto de 50 fotos de alta resolução por *e-mail*, mas o servidor de correio limita o tamanho do anexo a 20 MB.

Assinale a opção que indica a técnica mais adequada para contornar essa limitação de tamanho, preservando a organização.

(A) Alterar a extensão das fotos para .doc.

(B) Enviar 50 *e-mails* separados.

(C) Compactar as fotos em um único arquivo (ex.: .zip ou .rar).

(D) Inserir as fotos no corpo do texto como imagem.

(E) Excluir o campo "Assunto" para liberar espaço.

18

Um servidor da Alerj precisa organizar diversos relatórios na pasta "Documentos". Ele deseja mover um arquivo específico de uma subpasta para outra utilizando o *mouse*, mas sem que o arquivo original permaneça no local de origem.

Considerando o funcionamento padrão do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, assinale a opção que indica a ação executada pelo sistema ao arrastar um arquivo de uma pasta para outra dentro da mesma unidade de disco.

(A) Copiar o arquivo.
(B) Criar um atalho.
(C) Mover o arquivo.
(D) Compactar o arquivo.
(E) Excluir o arquivo original.

19

Um usuário deseja acessar as configurações do sistema para verificar as atualizações do *Windows Update*.

Assinale a opção que indica, corretamente, o atalho de teclado que abre diretamente a janela de Configurações do Windows 10.

(A) Windows + E
(B) Windows + I
(C) Windows + L
(D) Windows + R
(E) Windows + P

20

Na planilha de controle de estoque da Alerj, a célula B2 contém o preço unitário e a célula C2, a quantidade. Na célula D2, o usuário inseriu a fórmula =$B2*C$2.

Se o usuário arrastar a alça de preenchimento da célula D2 para a célula E3, a fórmula, nessa nova célula, será

(A) =$B3*D$2
(B) =$B2*C$2
(C) =$B3*C$2
(D) =$C2*D$2
(E) =B3*C3

Noções de Direito Administrativo

21

Considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que a sede da Alerj é um bem público de

(A) uso comum do povo, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
(B) uso especial, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
(C) dominical, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
(D) uso comum do povo, inexistindo restrição à sua alienação.
(E) uso especial, inexistindo restrição à sua alienação.

22

Lucas, servidor público federal, tomou conhecimento de que a tomada de determinada decisão administrativa exige a participação de cinco diferentes setores da Administração Pública. Registre-se que se está diante de relevante matéria em discussão, relacionada ao poder sancionador, e que há discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

(A) Essa decisão administrativa poderá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão e por força da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
(B) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
(C) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, já que o referido instituto não tem previsão legal.
(D) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, por expressa vedação legal.
(E) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão.

23

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tomou conhecimento de que Henrique, servidor público no Município *Alfa*, praticou, dolosamente, três diferentes condutas caracterizadoras de improbidade administrativa, quais sejam:

i) em 2022, o agente descumpriu as normas relativas à fiscalização de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas;
ii) em 2023, Henrique praticou, no âmbito da Administração Pública e com recursos do erário, ato de publicidade, em contrariedade aos mandamentos constitucionais, promovendo inequívoco enaltecimento próprio e personalização de atos de órgãos públicos;
iii) em 2024, o servidor frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio direto.

Sobre a hipótese apresentada, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

(A) Henrique cometeu, em 2022, ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.
(B) Henrique, em 2022, cometeu ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
(C) Henrique, em 2022 e em 2023, cometeu atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, no ano de 2024, foi praticado ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.
(D) Henrique praticou, nos três casos, atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
(E) Henrique, nos três episódios, praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.

24

Com o objetivo de implementar as promessas realizadas durante o processo eleitoral, José, recém empossado no cargo de Prefeito do Município *Alfa*, no Estado do Rio de Janeiro, solicitou um parecer à sua equipe jurídica sobre a aplicabilidade, ou não, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, analisando

i) a alienação e a concessão de direito real de uso de bens;
ii) a compra por encomenda; e
iii) a contratação de tecnologia da informação e de comunicação.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a referida legislação se aplica

(A) à compra por encomenda, bem como à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.
(B) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, mas não à compra por encomenda, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
(C) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, bem como à compra por encomenda e à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
(D) à compra por encomenda, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
(E) à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à compra por encomenda, tampouco à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.

25

Renan, maior e capaz, que se encontra com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei, tomou conhecimento de que o Estado *Alfa* editou ato administrativo lesivo ao patrimônio histórico e cultural do referido ente federativo.

Irresignado com a situação apresentada, Renan pretende ingressar, em Juízo, com uma ação popular, para questionar a medida adotada pelo Poder Público.

Sobre esse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a referida demanda não tem a finalidade de questionar a edição de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
(B) Ele poderá ajuizar uma ação popular, ficando isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, salvo comprovada má-fé.
(C) Ele poderá ajuizar uma ação popular, desde que o Ministério Público não o faça no prazo constitucionalmente estipulado.
(D) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a competência, para tanto, é do Ministério Público.
(E) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que está com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei.

26

José, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, encontra-se em situação de inadimplência junto à concessionária *Alfa*, que presta o serviço público de fornecimento de energia elétrica na municipalidade. Apesar de já ter sido formalmente notificado, José não quitou as suas dívidas.

Em assim sendo, a concessionária suspenderá a prestação do serviço público, em observância às formalidades legais. Registre-se que haverá feriado nacional na quinta-feira da semana em que a interrupção do serviço será efetivada.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 13.460/2017, é correto afirmar que a suspensão da prestação do serviço público poderá se iniciar na(o)

(A) quarta-feira.
(B) quinta-feira.
(C) sexta-feira.
(D) terça-feira.
(E) sábado.

27

O Prefeito do Município *Beta*, em manifestação publicada nos mais variados meios locais de comunicação, afirmou que trabalhou arduamente para a instituição da fundação *Alfa*, que passou a integrar a Administração Indireta do referido ente federativo.

Considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a autorização para instituir a fundação *Alfa* ocorrerá por meio de

(A) lei complementar, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
(B) lei específica, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
(C) lei complementar, cabendo a uma lei ordinária definir as áreas de sua atuação.
(D) lei específica, cabendo a uma lei complementar definir as áreas de sua atuação.
(E) decreto, cabendo a uma lei específica definir as áreas de sua atuação.

28

Carolina, servidora pública no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), participou de um curso de capacitação que versava sobre os princípios da legalidade e da impessoalidade aplicáveis à Administração Pública.

Sobre esses princípios, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) O princípio da *legalidade* está previsto, expressamente, no texto constitucional, enquanto o princípio da *impessoalidade* não está abarcado, expressa ou implicitamente, pelas normas constitucionais.
(B) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade*, mesmo não tendo previsão constitucional expressa, estão implicitamente abarcados pelas normas constitucionais.
(C) O princípio da *impessoalidade*, muito embora não tenha previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
(D) O princípio da *legalidade*, muito embora não possua previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
(E) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade* estão previstos, expressamente, no texto constitucional.

29

João, servidor público no Estado do Rio de Janeiro, tomou conhecimento de que, no dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: i) fornecimento de bens; ii) locações; iii) prestação de serviços; e iv) realização de obras.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. A ordem cronológica de pagamento poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato.
II. A inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamento ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.
III. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

30

João, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Especialista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, de forma dolosa, no exercício da função, praticou ato ilícito que causou danos materiais à cidadã Maria, que buscara atendimento junto à mencionada Casa Legislativa. Maria, então, ajuizou ação indenizatória e obteve, por meio de sentença judicial transitada em julgado, vinte mil reais, que foram pagos pelo Estado *Alfa*.

Em seguida, o Estado *Alfa*, pela sua Procuradoria-Geral, ajuizou ação regressiva em face de João, pretendendo o ressarcimento pelos vinte mil reais que teve que pagar a Maria.

No caso em tela, João

(A) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas o Estado *Alfa* pode ser obrigado a promover o pagamento, sem direito de regresso.
(B) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas a Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* pode ser obrigada a promover o ressarcimento, a título de direito de regresso.
(C) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que independe da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
(D) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil subjetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
(E) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.

Noções de Direito Constitucional

31

Um Estado-membro pretende criar uma sociedade de economia mista para explorar diretamente, em regime concorrencial, o serviço de transporte intermunicipal de passageiros, justificando a medida como forma de melhorar a qualidade do serviço. Ao mesmo tempo, cogita-se dispensar licitação para delegar a operação do serviço a uma empresa privada "parceira" por permissão, alegando urgência e interesse público.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é livre e independe de justificativa constitucional, bastando lei autorizativa.

(B) A criação de sociedade de economia mista para explorar atividade econômica sujeita-se a regime jurídico de direito público, com privilégios fiscais típicos da Administração Direta.

(C) O Estado, como agente normativo e regulador, exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo tais funções determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

(D) A delegação de serviço público por concessão ou permissão prescinde de licitação quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

(E) A prestação de serviço público somente pode ocorrer diretamente pelo Poder Público, sendo vedada a delegação por concessão ou permissão.

32

João tinha alguns problemas em sua vida pessoal e, após consultar um profissional com capacidade postulatória, foi-lhe informado que, em razão da diversidade desses problemas, deveria utilizar as ações constitucionais de *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* e mandado de injunção. Embora não fosse economicamente hipossuficiente, preocupado com os custos envolvidos, questionou o profissional em relação à gratuidade, ou não, dessas ações.

Foi corretamente informado a João que a Constituição da República assegura a gratuidade

(A) de todas as ações.

(B) apenas do *habeas corpus*.

(C) apenas do *habeas corpus* e do *habeas data*.

(D) apenas do mandado de injunção e do mandado de segurança.

(E) apenas do *habeas corpus*, do mandado de injunção e do mandado de segurança.

33

Durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, a equipe econômica da União propôs a exclusão integral das despesas com precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs), tanto do limite individualizado de despesas do Poder Executivo quanto da meta de resultado primário, alegando a necessidade de preservar espaço fiscal para investimentos públicos e continuidade de políticas sociais.

Parlamentares, por sua vez, questionaram se essa proposta estaria compatível com o texto constitucional vigente, especialmente após as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 102/2019, nº 109/2021, nº 135/2024 e nº 136/2025, que reforçaram o dever de execução orçamentária, a disciplina fiscal e a integração entre planejamento, orçamento e metas fiscais.

À luz do Art. 165 da Constituição Federal, em sua redação atualizada, assinale a afirmativa correta.

(A) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite de despesas e da meta de resultado primário pode ser realizada de forma permanente por meio da LDO, desde que justificada pela necessidade de expansão de investimentos.

(B) As alterações constitucionais recentes conferiram plena discricionariedade ao Poder Executivo para definir, na LDO, quais despesas obrigatórias serão computadas ou excluídas das metas fiscais.

(C) A Constituição passou a impor o dever de execução das programações orçamentárias indistintamente a todas as despesas, inclusive às financeiras e às obrigatórias.

(D) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite individualizado do Poder Executivo a partir de 2026 não implica, por si só, sua exclusão definitiva da apuração da meta de resultado primário, a qual deve observar regras constitucionais de incorporação gradual.

(E) A Constituição autoriza que a LDO afaste, de maneira geral, o cômputo de precatórios e RPVs tanto do limite de despesas quanto da meta fiscal, desde que respeitado o princípio do equilíbrio orçamentário.

34

Joana, servidora pública estadual, deseja concorrer a um cargo eletivo nas eleições municipais a serem realizadas no ano subsequente, mas tinha dúvidas em relação à necessidade, ou não, de se afastar do serviço estadual após a investidura, bem como em relação à sua remuneração.

Após analisar a sistemática vigente, Joana concluiu corretamente que, caso seja eleita para o cargo de

(A) vereadora, deve ser afastada do cargo público estadual, mas continuará a receber a respectiva remuneração.

(B) prefeita, deve receber tanto a remuneração afeta a esse cargo como a concernente ao cargo público estadual.

(C) vereadora ou prefeita, deve ser afastada do cargo público estadual, não podendo receber a remuneração afeta a esse último.

(D) vereadora ou prefeita, pode continuar no cargo público estadual, recebendo a respectiva remuneração, se houver compatibilidade de horários.

(E) prefeita, pode optar pela remuneração do cargo público estadual, e se for eleita vereadora terá igual direito se não houver compatibilidade de horários.

35

Durante a apreciação das contas de determinado ente federativo, foram identificadas irregularidades relacionadas à execução de despesas sem adequada comprovação de economicidade e ao descumprimento de normas de planejamento orçamentário.

Diante disso, suscitou-se discussão sobre o alcance da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição Federal.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

(A) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária limita-se à verificação da legalidade formal dos atos administrativos.
(B) O controle externo é exercido exclusivamente pelos Tribunais de Contas, de forma autônoma em relação ao Poder Legislativo.
(C) A economicidade é critério autônomo e obrigatório de fiscalização, expressamente previsto no art. 70 da CF, condicionada à comprovação prévia de dano ao erário.
(D) Compete ao Poder Executivo exercer o controle interno; ao Tribunal de Contas, o controle externo; e, ao Poder Legislativo, apenas o julgamento político das contas.
(E) A titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, que o exerce com o auxílio dos Tribunais de Contas, os quais atuam como órgãos técnicos especializados, sem substituir a função política e institucional do Parlamento. Trata-se de um modelo que combina controle democrático e controle técnico, assegurando *accountability* na gestão dos recursos públicos.

36

Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), parlamentares apresentaram emendas individuais destinadas a Municípios. Parte delas por meio de transferências especiais, sem vinculação á finalidade específica, e a outra parte por transferências com finalidade definida. No curso do processo legislativo, surgiram questionamentos sobre os limites dessas emendas, sua execução obrigatória e o papel da Comissão de Orçamento.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária podem ser aprovadas sem limite percentual da receita corrente líquida, desde que observem a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a LDO.
(B) A execução das emendas individuais é obrigatória apenas quando destinadas a ações e serviços públicos de saúde, permanecendo discricionária nos demais casos.
(C) As emendas individuais impositivas podem alocar recursos a Estados e Municípios por transferência especial ou por transferência com finalidade definida, observadas as vedações constitucionais quanto à destinação dos recursos.
(D) As emendas individuais somente produzem efeitos após aprovação definitiva pelo Plenário do Congresso Nacional, não se submetendo à apreciação prévia da Comissão Mista de Orçamento.
(E) Os recursos oriundos de transferências especiais integram a receita do ente federado beneficiário para fins de cálculo dos limites de despesa com pessoal e de endividamento.

37

O Tribunal de Contas do Estado *Alfa* (TCEA) identificou uma irregularidade em contrato administrativo celebrado pela Secretaria Estadual de Educação, que tem como objetivo a aquisição de material escolar. A irregularidade consistia na existência de superfaturamento de parte dos preços.

Nessa situação, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o TCEA deve

(A) sustar o contrato administrativo.
(B) rescindir o contrato administrativo.
(C) pedir autorização à Assembleia Legislativa para sustar o contrato administrativo.
(D) comunicar à Assembleia Legislativa, que poderá sustar o contrato administrativo.
(E) determinar a redução dos preços ao valor de mercado, não sendo possível que o TCEA ou a Assembleia Legislativa suste o contrato administrativo.

38

Em determinada legislatura, foi instituída uma comissão temporária no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), visando à apuração de fato determinado.

No curso dos debates inaugurais, foi discutido entre os integrantes da comissão a possibilidade de convocação do Governador do Estado para comparecer em uma audiência e ser ouvido.

Na situação descrita, é correto afirmar em relação à convocação cogitada que

(A) é possível, mas a convocação deve ser previamente aprovada pelo Plenário da Alerj.
(B) é possível apenas se a comissão for uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
(C) é vedada, pois comissões da Alerj não podem convocar autoridades do Poder Executivo.
(D) não é prevista na Constituição da República a possibilidade de convocação do Chefe do Poder Executivo.
(E) é possível, mas é necessário assegurar ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de marcar dia e horário para comparecer.

39

Determinado projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhado para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Na situação descrita, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno (RI) da Alerj, que

(A) as duas comissões devem se limitar a emitir pareceres, que sempre serão submetidos à deliberação do Plenário.
(B) as duas comissões devem discutir e votar projeto de lei que, na forma do RI, dispensar a deliberação do Plenário, salvo recurso de um décimo dos membros da Alerj.
(C) os projetos de lei sempre serão apreciados em caráter terminativo por ambas as comissões, salvo se a submissão ao Plenário for determinada no despacho inicial da Mesa.
(D) a deliberação da CCJ tem caráter terminativo, enquanto a manifestação da CDC pode ser submetida à deliberação do Plenário, se houver recurso de um décimo dos membros da Alerj.
(E) as duas deliberações das duas comissões terão caráter terminativo, não sendo submetidas ao Plenário, salvo se for realizado acordo de lideranças, em momento anterior, definindo essa submissão.

40

Foi identificado, no âmbito do Estado *Alfa,* o surgimento de diversas sociedades empresárias com objeto social na área de tecnologia, o que suscitou debates, no âmbito da Assembleia Legislativa, em relação à possibilidade de ser editada uma lei disciplinando os contratos a serem celebrados entre as referidas sociedades.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente que a matéria é de competência legislativa

(A) privativa da União.
(B) residual do Estado *Alfa.*
(C) supletiva do Estado *Alfa.*
(D) plena dos entes federativos.
(E) comum entre os entes federativos.

Legislação Específica

41

Após a tramitação de processo administrativo disciplinar, foi aplicada a Inácio, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública direta do Estado do Rio de Janeiro, a pena disciplinar de suspensão.

Na situação descrita, considerando os balizamentos estabelecidos pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que a

(A) pena não excedeu 90 (noventa) dias.
(B) conduta de Inácio não foi praticada com dolo ou má-fé.
(C) pena não acarretará a perda das vantagens decorrentes do exercício do cargo.
(D) conduta de Inácio não configurou falta grave, o que acarretaria a demissão.
(E) pena pode ser convertida em multa, no percentual legal e observados os requisitos previstos.

42

Maria, servidora de uma Secretaria do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, constatou que outro servidor não estaria exercendo com estrita moderação as prerrogativas funcionais, o que, em tese, configuraria afronta ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Por essa razão, desejava encaminhar peças para a estrutura orgânica responsável pela apuração da referida conduta.

Após consultar o decreto de regência, Maria concluiu corretamente que a apuração deve ser realizada

(A) pela comissão central de ética, integrada por 5 (cinco) servidores nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.
(B) pelo superior hierárquico do servidor que teria violado o dever ético, com o encaminhamento das conclusões ao Secretário de Estado.
(C) pela comissão permanente de inquérito administrativo, que deve sugerir ao Secretário de Estado a adoção das medidas correspondentes à sua esfera de competência.
(D) pela comissão temporária de ética, integrada por cinco servidores designados pelo Secretário de Estado, entre ocupantes de cargo de provimento efetivo, com mandato de 2 (dois) anos.
(E) por uma comissão de ética setorial, que deve ser constituída no âmbito da Secretaria, integrada por três servidores, titulares de cargo efetivo ou emprego permanente, designados pelo respectivo dirigente.

43

Maria, Deputada Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tinha dúvidas em relação à possibilidade de vir a perder o mandato ou deixar de receber o subsídio em razão da fruição de uma licença.

Após analisar a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, Maria concluiu corretamente que a licença

(A) por motivo de doença fará cessar o pagamento do subsídio caso ultrapasse 180 (cento e oitenta) dias.
(B) por motivo de doença não fará cessar o pagamento do subsídio, desde que não ultrapasse 15 (quinze) dias.
(C) para tratar de assunto de interesse particular não fará cessar o pagamento do subsídio caso não ultrapasse 30 (trinta) dias por legislatura.
(D) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio e não pode ultrapassar 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.
(E) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio caso se estenda por lapso que supere 90 (noventa) dias por legislatura.

44

Determinada proposição legislativa em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ao tomar conhecimento desse encaminhamento, João, Deputado Estadual e que não integra a CCJ, decidiu verificar a possibilidade de assistir às respectivas reuniões e apresentar emenda no âmbito da comissão.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, João concluiu, corretamente, que

(A) não pode assistir às reuniões.
(B) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoiamento de uma liderança partidária.
(C) não pode apresentar a emenda, ainda que com o apoiamento de um dos membros da CCJ ou de liderança partidária.
(D) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoiamento de um dos membros da CCJ, só podendo versar sobre matéria de sua competência.
(E) pode assistir às reuniões e apresentar a emenda, mas necessita, nesse último caso, de apoiamento de ao menos 5 (cinco) Deputados Estaduais.

45

Em determinada legislatura, diversos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) procuraram determinado Deputado Estadual, e informaram que seria conveniente que ocorresse a criação de novos cargos efetivos, de modo a ampliar a qualidade do serviço.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, o Deputado Estadual esclareceu, corretamente, aos servidores que

(A) a Mesa Diretora pode editar decreto legislativo criando os novos cargos.
(B) apenas a Mesa Diretora pode apresentar o projeto de resolução sobre a matéria.
(C) qualquer Deputado Estadual pode apresentar o respectivo projeto de lei sobre a matéria.
(D) um terço dos Deputados Estaduais pode apresentar projeto de decreto legislativo sobre a matéria.
(E) apenas a Mesa Diretora pode propor à Assembleia a edição de decreto legislativo sobre a matéria.

46

Diversas organizações não governamentais do norte fluminense iniciaram uma mobilização da população diretamente interessada, visando à apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

Ao analisar a Constituição Estadual, em relação à possibilidade, ou não, de a referida proposição vir a ser apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), concluíram corretamente que

(A) a matéria não foi disciplinada na Constituição Estadual.
(B) o projeto deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado do Estado.
(C) o projeto deve ser totalmente subscrito por meio de assinatura digital autenticada.
(D) o projeto deve ser subscrito por eleitores distribuídos em, pelo menos, dez por cento dos Municípios, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.
(E) o projeto pode ser subscrito por organizações não governamentais que congreguem, em seus quadros, não menos de um décimo por cento do eleitorado do Estado, cabendo aos eleitores ratificá-lo perante a Alerj.

47

Alguns anos após iniciar o exercício funcional como servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Maria desejava obter o seu desenvolvimento funcional, com a passagem para o nível seguinte, no índice imediatamente superior.

Após analisar o Plano de Carreira instituído pela Resolução Alerj nº 590/1994, Maria concluiu corretamente que

(A) o desenvolvimento funcional pode ocorrer para área ou especialização diversa daquela em que ela se encontra.
(B) o interstício exigido, em relação ao desenvolvimento funcional anterior, na mesma modalidade, é de 1 (um) ano.
(C) a sua requisição para outro órgão público não obsta que concorra para essa modalidade de desenvolvimento funcional.
(D) o tempo mínimo de exercício funcional na Alerj, para que ela concorra nessa modalidade de desenvolvimento funcional, é de 2 (dois) anos.
(E) o processo concernente à referida modalidade de desenvolvimento funcional é realizado anualmente, no segundo semestre.

48

Determinada proposição legislativa, submetida à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), tramita em regime de urgência, sendo encaminhada para a análise de três comissões permanentes dessa Casa Legislativa.

À luz do Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

(A) as comissões devem emitir parecer, em caráter conjunto, de maneira imediata.
(B) os prazos de tramitação ordinária serão contados pela metade, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.
(C) as comissões devem emitir parecer, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou diretamente em Plenário, conforme o despacho da Mesa.
(D) a proposição deve ser imediatamente incluída na Ordem do Dia, não sendo previamente encaminhada às comissões, que devem emitir parecer oralmente.
(E) as comissões devem emitir parecer, observado, isoladamente, o prazo de 3 (três) dias, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.

49

Pedro, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sofreu uma pena disciplinar após regular processo administrativo em que foram asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa. Sete meses depois, Pedro decidiu requerer a revisão da pena disciplinar.

De acordo com a sistemática estabelecida no Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que

(A) a revisão pode ter por base a injustiça da penalidade.
(B) a revisão não exige que sejam aduzidos fatos ainda não conhecidos.
(C) o falecimento de Pedro não obsta que a revisão seja requerida por terceiro.
(D) a revisão deve ser realizada no âmbito do Poder Judiciário, não no plano administrativo.
(E) o pedido de revisão é intempestivo, considerando o decurso de seis meses desde a aplicação da sanção.

50

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Rio de Janeiro, após regular processo administrativo, sofreu a sanção de demissão.

Irresignada com essa sanção, ingressou com ação judicial requerendo a sua anulação, em virtude da não observância das garantias do contraditório e da ampla defesa, o que foi acolhido pelo Poder Judiciário. Por essa razão, foi determinado o seu retorno ao serviço público, o que efetivamente ocorreu.

À luz da sistemática adotada pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que ocorreu

(A) a nomeação de Maria.
(B) a reintegração de Maria.
(C) a readaptação de Maria.
(D) o aproveitamento de Maria.
(E) o reenquadramento de Maria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) discutiu e aprovou uma proposta que definiu critérios para a implantação de centros regionais de atendimento socioassistencial, com base em parâmetros de demanda populacional e vulnerabilidade social.

Assinale a opção que caracteriza, corretamente, essa atuação da Alerj.

(A) Gestão direta dos serviços vinculados à política de assistência social estadual.
(B) Decisão sobre eventuais conflitos sobre a aplicação da legislação da assistência social.
(C) Avaliação do desempenho de programas sociais e apuração de possíveis irregularidades.
(D) Criação de normas legais que definem parâmetros para a atuação da política social.
(E) Execução de ações previstas na política estadual por meio de suas comissões.

52

Leia as versões I e II do relatório de um Assistente Social.

I. *A família vive em casa insalubre, com fedor, ambiente desorganizado e estrutura perigosa. A mãe demonstra falta de iniciativa e as crianças estão malcuidadas. A situação é grave e requer ação urgente*.
II. *A família reside em casa com paredes rachadas, mofo, fiação exposta e banheiro sem porta. A mãe relatou não ter buscado alternativa habitacional. As crianças estavam sem supervisão, próximas à fiação elétrica*.

Assinale a opção que apresenta uma avaliação dos relatórios compatível com os princípios do registro técnico no Serviço Social.

(A) A versão I é preferível, pois expressa com mais ênfase a gravidade da situação enfrentada pela família.
(B) A versão II é adequada, pois descreve fatos observáveis, sem juízos de valor ou qualificações subjetivas.
(C) A versão I é mais eficaz, por demonstrar a opinião crítica do profissional em relação ao caso.
(D) A versão II é técnica demais e pode dificultar o entendimento de pessoas leigas envolvidas no atendimento.
(E) Ambas as versões são aceitáveis, pois apresentam interpretações legítimas sobre a realidade da família.

53

Relacione as técnicas de entrevista aos seus respectivos exemplos, no âmbito da Assistência Social.

1. Síntese integradora.
2. Acolhimento.
3. Silêncio sensível.
4. Aprofundamento.

( ) A profissional inicia o atendimento com uma postura receptiva, apresenta-se com clareza, escuta com atenção o que a usuária traz e explica como o serviço funciona.
( ) Antes de encerrar o encontro, a assistente social retoma e organiza os principais assuntos discutidos, e propõe, junto com a usuária, os próximos passos.
( ) Ao perceber que a usuária se emociona intensamente, a profissional se mantém presente, sem interferir, aguardando que ela possa se recompor no seu tempo.
( ) Em momento oportuno, a profissional propõe novas perguntas para entender melhor situações delicadas que vinham sendo evitadas até então.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

(A) 1 – 3 – 2 – 4.
(B) 2 – 4 – 3 – 1.
(C) 4 – 2 – 3 – 1.
(D) 2 – 1 – 3 – 4.
(E) 4 – 3 – 2 – 1.

54

Com relação ao Código de Ética do/a Assistente Social, avalie as condutas a seguir.

I. Articular-se com um movimento sindical para fortalecer a luta por direitos trabalhistas.
II. Participar regularmente de cursos para aprimorar sua atuação profissional.
III. Adaptar o uso da linguagem para acolher adequadamente diferentes perfis de usuários.

Está correto o que se apresenta em

(A) III, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

55

A organização da oferta de serviços e benefícios na política de Assistência Social obedece a uma tipologia de proteção, definida em função da gravidade e das características das situações a serem atendidas.

Assinale a opção que indica um caso adequado à *proteção de média complexidade.*

(A) Uma família passa a frequentar encontros periódicos voltados para a convivência comunitária e para o fortalecimento de vínculos familiares, após perda de renda.
(B) Crianças são afastadas do convívio familiar por decisão judicial e passam a residir temporariamente em instituição de acolhimento.
(C) Uma família recebe auxílio material imediato após ter sua moradia atingida por enchente, para suprir necessidades básicas emergenciais.
(D) Adolescentes participam de atividades coletivas regulares, com acompanhamento periódico, voltadas à socialização e ao fortalecimento de vínculos.
(E) Uma mulher em situação de violência doméstica recebe acompanhamento especializado, com orientação psicossocial contínua.

56

Compete à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) fiscalizar a execução orçamentária das políticas públicas estaduais, abarcando aquelas destinadas à Assistência Social.

Assinale a opção que apresenta uma atuação legítima da Alerj no exercício dessa competência.

(A) Determinar a interrupção de programas sociais com suspeitas de má gestão de recursos públicos.
(B) Estabelecer os critérios técnicos para distribuição de verbas destinadas à Assistência Social mediante ato legislativo.
(C) Fixar prazos e metas obrigatórias para a execução financeira dos projetos estaduais na área da Assistência Social.
(D) Convocar gestores públicos estaduais para prestar contas sobre a execução orçamentária de programas sociais.
(E) Intervir diretamente na gestão de políticas sociais quando identificada falha na execução orçamentária.

57

A Constituição Federal de 1988 reorganizou a proteção social, ao redefinir as bases legais e institucionais das políticas de saúde, previdência social e assistência social, estabelecendo uma nova forma de articulação entre as áreas.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, essa nova forma de articulação.

(A) A proteção social passou a ser organizada prioritariamente a partir da identificação de grupos em maior vulnerabilidade, orientando o alcance das ações estatais.
(B) A articulação ocorreu por meio da coordenação entre políticas com lógicas próprias, mantendo-se a separação de suas estruturas e formas de financiamento.
(C) A reorganização baseou-se na ampliação do modelo previdenciário, estendendo seus critérios de acesso e proteção às demais políticas sociais.
(D) A Assistência Social foi incorporada como instância de apoio às iniciativas familiares e comunitárias no enfrentamento das situações de vulnerabilidade social.
(E) A reconfiguração resultou em um arranjo orientado por diretrizes compartilhadas e responsabilidades diferenciadas, conforme a natureza de cada política.

58

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) prevê o Conselho do Idoso como instância de controle social das políticas de atendimento a esse público.

As opções a seguir apresentam atribuições (ou características) do Conselho do Idoso, ***<u>à exceção de uma</u>***. Assinale-a.

(A) Executar diretamente os serviços de atendimento à pessoa idosa no âmbito municipal.
(B) Atuar no acompanhamento e na fiscalização das políticas públicas destinadas à pessoa idosa.
(C) Ter uma composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil.
(D) Atuar de forma articulada nos níveis nacional, estadual e municipal do controle social.
(E) Acompanhar a aplicação de recursos destinados a ações e programas de atendimento ao idoso.

59

Considerando o que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) dispõe sobre a *iniciativa legislativa*, analise as afirmativas a seguir.

I. Um cidadão fluminense protocolou na Alerj, por iniciativa individual, um projeto de lei para um programa estadual de auxílio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade.
II. Um grupo de deputados apresentou projeto de lei que contrata novas despesas para o orçamento anual do Estado, sem anuência do Poder Executivo.
III. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro apresentou projeto de lei à Alerj, tratando da organização do Poder Judiciário estadual e da carreira de seus servidores.

Está de acordo com o Regimento o que se afirma em

(A) III, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

60

Leia o fragmento a seguir.

Durante a tramitação de um projeto de lei que modifica um benefício assistencial, a comissão responsável pediu uma análise sobre sua constitucionalidade, sua conformidade com a lei da Assistência Social e seu impacto na população vulnerável. Como base para essa análise, foram elaborados um estudo técnico, um parecer fundamentado e um levantamento de dados.

A situação descrita exemplifica atuação típica do especialista legislativo no exercício da função de

(A) execução direta de ações socioassistenciais no âmbito das políticas públicas do Poder Executivo.
(B) assessoramento técnico-legislativo a parlamentares e comissões em matérias de Assistência Social.
(C) gestão administrativa de serviços socioassistenciais voltados ao atendimento direto da população.
(D) coordenação operacional da rede de proteção social nos territórios de atuação governamental.
(E) deliberação política final sobre o mérito das proposições apreciadas pelo Poder Legislativo.

61

No ordenamento jurídico brasileiro, a Assistência Social é consagrada como política pública de natureza não contributiva.

Isso significa que ela

(A) assegura benefícios e serviços, condicionando o acesso à comprovação de residência fixa.
(B) se estrutura para atender situações de vulnerabilidade social, sem exigir contrapartida do usuário.
(C) condiciona o acesso aos serviços ao prévio cadastramento do usuário em sistema oficial de proteção social.
(D) é financiada por recursos públicos, com acesso condicionado a critérios de elegibilidade.
(E) admite a contribuição voluntária do usuário como condição para acesso a serviços socioassistenciais.

62

Com base nas normas que regem a carreira dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) O servidor da área de Assistência Social ingressa diretamente no nível V da estrutura de carreira da Alerj.
( ) Na carreira da Alerj, o valor dos vencimentos do servidor é determinado por índices que refletem sua progressão dentro de um mesmo nível.
( ) No desenvolvimento funcional dos servidores da Alerj, a promoção ocorre automaticamente depois de dois anos de permanência no nível anterior.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – F.
(B) F – V – V.
(C) V – F – F.
(D) V – V – F.
(E) F – F – V.

63

Os serviços socioassistenciais oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são classificados em três níveis, de acordo com o grau de complexidade do atendimento.

Assinale a opção que indica um serviço da proteção especial de média complexidade.

(A) Realizar atividades em grupo com diferentes faixas etárias, promovendo a convivência, a participação social e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
(B) Oferecer acolhimento temporário a pessoas afastadas da família, garantindo moradia protegida, os cuidados básicos e apoio psicossocial.
(C) Prestar atendimento às pessoas com direitos violados, articulando ações intersetoriais para garantir proteção e superação das situações de risco.
(D) Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade, com visitas periódicas, escuta qualificada e apoio na organização da vida cotidiana.
(E) Inserir crianças e adolescentes afastados da família em residências acolhedoras, com acompanhamento técnico e suporte da rede de proteção.

64

Em um atendimento no CRAS, uma usuária procurou orientação sobre auxílio financeiro para pessoas de baixa renda e recebeu a seguinte resposta de um servidor:

Precisamos verificar se a senhora se enquadra nos critérios de elegibilidade da normativa vigente, considerando sua vulnerabilidade social e o cruzamento de dados no CadÚnico.

Assinale a opção que indica o ***erro*** desse servidor no atendimento ao público.

(A) Realizou o atendimento sem o acompanhamento de outro profissional da equipe técnica.
(B) Deixou de consultar a legislação específica antes de prestar a informação solicitada.
(C) Atendeu a usuária sem exigir a apresentação de todos os documentos oficiais no início.
(D) Deixou de apresentar informações relevantes para a adequada orientação da usuária.
(E) Utilizou linguagem excessivamente técnica que comprometeu a compreensão do usuário.

65

A reemergência dos movimentos sociais, entre o final dos anos 1970 e a década de 1980, foi determinante para a transformação das práticas socioassistenciais no Brasil e teve desdobramentos diretos na Constituição Cidadã. A concepção dos serviços assistenciais, que ganhou força a partir de então, orientou-se por uma nova forma de interpretar a pobreza.

Nesse contexto, é correto afirmar que a pobreza

(A) foi reconcebida como falha administrativa do poder público, cuja superação dependeria da racionalização da gestão e do uso eficiente dos recursos disponíveis.
(B) passou a ser compreendida como condição social resultante de déficits de qualificação e inserção produtiva, orientando a Assistência Social para ações de integração.
(C) foi reinterpretada como expressão estrutural das desigualdades sociais, exigindo a afirmação da Assistência Social como responsabilidade do Estado.
(D) passou a ser concebida como consequência do baixo dinamismo econômico, deslocando a centralidade da Assistência Social para políticas de crescimento.
(E) foi reinterpretada como situação de vulnerabilidade circunstancial, a ser enfrentada por iniciativas solidárias e ações articuladas da sociedade civil.

66

Com relação ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), avalie as afirmativas a seguir.

I. Realiza visitas domiciliares regulares para acompanhar famílias em situação de vulnerabilidade, orientando-as sobre o acesso a políticas públicas.
II. Promove oficinas com grupos organizados com base na faixa etária, usando atividades culturais, esportivas e lúdicas para estimular a convivência social.
III. Conduz atendimentos individuais a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços à Comunidade.

Está correto o que se afirma em

(A) II, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

67

Com relação ao que determina o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) sobre a acessibilidade, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A acessibilidade relaciona-se ao uso autônomo e seguro de espaços, serviços e informações.

( ) As barreiras atitudinais decorrem de comportamentos que limitam a plena participação da pessoa com deficiência.

( ) A exigência de acessibilidade é obrigatória para espaços públicos e facultativa, para os privados de uso coletivo.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – F.
(B) F – V – V.
(C) V – F – F.
(D) V – V – F.
(E) F – F – V.

68

A Assistência Social é uma prática universal, embora sua expressão espontânea não se confunda com o seu reconhecimento como direito fundamental nem com a sua consequente institucionalização como política pública.

Assinale a opção que apresenta um traço que identifica a Assistência Social como *direito*.

(A) Tem como objetivo atender necessidades imediatas, independentemente da origem do recurso empregado.
(B) Funciona como um mecanismo complementar às ações de caridade, voltado a resolver situações emergenciais.
(C) Reconhece o cidadão como sujeito que não depende da benevolência estatal para obter proteção social.
(D) É guiada por valores éticos voltados para a promoção da dignidade da pessoa humana em situações de vulnerabilidade.
(E) Envolve ações destinadas ao amparo de pessoas em risco social, mobilizando diferentes atores na sua realização.

69

Com relação aos mecanismos de participação social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Os Conselhos de Assistência Social atuam no acompanhamento e na fiscalização da política socioassistencial, concentrando sua atuação no controle de procedimentos e resultados.

( ) As Conferências de Assistência Social constituem instâncias periódicas de participação ampliada, nas quais diferentes segmentos avaliam a política e deliberam propostas para seu aprimoramento.

( ) A participação social no SUAS ocorre predominantemente em espaços não institucionalizados, como fóruns e movimentos sociais, cabendo às instâncias formais um papel complementar.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – F.
(B) F – V – V.
(C) V – F – F.
(D) V – V – F.
(E) F – F – V.

70

O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social é rigoroso ao vedar um conjunto de condutas que se mostram incompatíveis com os princípios da profissão.

Assinale a opção que apresenta uma conduta ***vedada*** pelo Código de Ética.

(A) Emitir parecer técnico com base em relatos orais sem confirmação documental.
(B) Modificar registros profissionais com o objetivo de atender a interesses administrativos.
(C) Passar informações técnicas a terceiros em situação de trabalho multidisciplinar.
(D) Intervir em processo de atendimento iniciado por outro profissional do mesmo setor.
(E) Emitir relatório técnico solicitado por instância superior sem realizar visita *in loco.*

71

Criada em 1942, no contexto do Estado Novo, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) representou um marco de transição entre o modelo tradicional de caridade e o paradigma institucional de assistência que se estabeleceria ao final do século XX.

Assinale a opção que apresenta corretamente uma característica da LBA.

(A) Estruturava-se como política pública orientada à progressiva e gradual universalização da proteção social.
(B) Funcionava como entidade assistencial de base filantrópica, com autonomia decisória frente ao governo central.
(C) Tinha como princípio organizador, na definição das prioridades assistenciais, a participação popular deliberativa.
(D) Operava com financiamento público e privado, tendo o voluntariado feminino como base de funcionamento.
(E) Integrava-se às políticas do trabalho, complementando as ações voltadas à inserção produtiva formal.

72

Na superação das vulnerabilidades sociais, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) atribui papel central às famílias, sem que isso exima o Estado de seus deveres.

Assinale a opção que indica uma concepção ***incompatível*** com a PNAS.

(A) Intervir com vistas à reorganização dos arranjos familiares e sua adequação às normas sociais vigentes.
(B) Valorizar a escuta qualificada e o planejamento conjunto como bases metodológicas para a atuação com as famílias.
(C) Promover a corresponsabilização da família e seu fortalecimento para o enfrentamento das desigualdades.
(D) Estimular o protagonismo das famílias e sua inserção em redes de apoio e acesso a políticas públicas.
(E) Compreender a família como núcleo central de cuidado, proteção e socialização, além de portadora de direitos.

73

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) estabelece uma série de direitos específicos para a criança e o adolescente, considerando a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Assinale a opção que exemplifica a ***violação*** de um direito.

(A) Aplicação de castigo físico com finalidade educativa e que não causa lesões aparentes.
(B) Determinação de acompanhamento familiar por equipe técnica do sistema de proteção social.
(C) Encaminhamento da criança a serviço de acolhimento familiar, com reavaliação periódica da medida.
(D) Afastamento provisório da criança do convívio familiar por decisão judicial fundamentada.
(E) Restrição temporária de visitas para preservação do melhor interesse da criança.

74

Considerando o modelo de gestão e organização da política de Assistência Social previsto na Lei nº 8.742/1993 (LOAS), analise as afirmativas a seguir.

I. Um município estabelece prioridades, organiza a oferta de serviços e coordena a execução das ações de assistência social em seu território, em articulação com os demais entes federativos.
II. Organizações representativas da sociedade civil participam da formulação das políticas de assistência social e do acompanhamento das ações implementadas pelo poder público.
III. Em ações de assistência social, desenvolvidas em parceria com entidades privadas, o poder público define diretrizes, coordena a execução e responde pela condução geral da política.

Está de acordo com as diretrizes da LOAS o que se afirma em

(A) II, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

75

Em atendimento no CRAS, uma mãe solo relata dificuldades com o filho de 9 anos, que tem se mostrado agressivo em casa e na escola. Ela demonstra cansaço e pede ajuda para "corrigir o comportamento" do menino, dizendo que teme que ele repita o histórico do pai, envolvido em situações de violência.

Assinale a opção que indica o melhor caminho de ação, segundo a PNAS.

(A) Reforçar a autoridade da mãe e orientá-la sobre práticas disciplinares consistentes.
(B) Encaminhar o caso ao CREAS para avaliação de risco e atendimento especializado.
(C) Acolher a mãe e apoiar o fortalecimento das estratégias familiares de cuidado.
(D) Discutir com a escola medidas corretivas para conter o comportamento da criança.
(E) Alertar a mãe sobre o risco familiar e recomendar maior controle emocional.

76

A Assistência Social é organizada segundo normas de alcance nacional e também por legislações estaduais. No caso do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), ou LOAS, coexiste com a Política Estadual de Assistência Social (Lei nº 7.966/2018).

Considerando a relação entre a Política Estadual de Assistência Social e a LOAS, assinale a opção correta.

(A) A Política Estadual pode redefinir o conteúdo da política de Assistência Social, selecionando áreas de atuação conforme as necessidades locais.
(B) A LOAS estabelece os fundamentos gerais da Assistência Social, enquanto a legislação estadual organiza sua operacionalização no território fluminense.
(C) A Política Estadual restringe-se à regulamentação do cofinanciamento estadual, não interferindo nos demais aspectos da política pública.
(D) A LOAS tem aplicação prioritária no âmbito do governo federal, cabendo aos estados definir, de forma autônoma, as normas aplicáveis aos seus territórios.
(E) A aplicação da LOAS no âmbito estadual depende de regulamentação pelo executivo local, a quem cabe definir critérios de acesso a serviços e benefícios.

77

Relacione as modalidades de provisão que operacionalizam as políticas de assistência social com seus respectivos exemplos.

1. Benefícios
2. Projetos
3. Serviços
4. Programas

( ) Garantia mensal de renda mínima destinada a idosos e pessoas vulneráveis.
( ) Atendimento continuado prestado a famílias em situação de vulnerabilidade social.
( ) Iniciativas de investimento econômico social voltadas à melhoria sustentável da coletividade.
( ) Ações complementares integradas com objetivos definidos e prazo determinado.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

(A) 1 – 3 – 2 – 4.
(B) 1 – 4 – 2 – 3.
(C) 4 – 2 – 3 – 1.
(D) 2 – 4 – 3 – 1.
(E) 4 – 3 – 2 – 1.

78

Relacione os princípios da Assistência Social aos respectivos exemplos ilustrativos.

1. Igualdade de direitos no acesso
2. Supremacia das necessidades sociais
3. Respeito à dignidade do cidadão
4. Universalização dos direitos sociais

( ) Um centro de referência atende qualquer pessoa em situação de necessidade que procure o serviço, ainda que não esteja vinculada a categorias específicas de beneficiários.

( ) Diante de recursos limitados, o gestor prioriza o atendimento de famílias em situação de extrema vulnerabilidade em detrimento de demandas menos urgentes.

( ) Durante o atendimento, o profissional evita exposição pública da situação do usuário, preserva sua privacidade e assegura tratamento respeitoso.

( ) Pessoas em condições sociais semelhantes recebem o mesmo tipo de atendimento e acesso aos benefícios, sem distinções baseadas em critérios arbitrários.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

(A) 1 – 3 – 2 – 4.
(B) 1 – 4 – 3 – 2.
(C) 4 – 2 – 3 – 1.
(D) 2 – 4 – 3 – 1.
(E) 4 – 3 – 2 – 1.

79

O Art. 1º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) estabelece como objetivo fundamental das políticas públicas de assistência social a garantia dos "mínimos sociais."

Assinale a opção que define corretamente o conceito de mínimo social.

(A) Benefícios decorrentes da incapacidade laboral e voltados à substituição de renda.
(B) Provisões essenciais para o suprimento das necessidades humanas básicas.
(C) Auxílios concedidos em situações extraordinárias, previstas em regulamentos específicos.
(D) Transferências financeiras focalizadas em famílias pobres mediante critérios de seleção.
(E) Serviços públicos condicionados à inserção do indivíduo no mercado formal.

80

A Vigilância Socioassistencial, prevista na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012), é uma função estratégica da política de Assistência Social. Ela tem como objetivo subsidiar o planejamento e a qualificação da gestão por meio da produção, da sistematização e da análise de informações.

Assinale a opção que indica corretamente um objeto monitorado pela Vigilância Socioassistencial.

(A) A frequência de participação das famílias em atividades de convivência realizadas nos equipamentos da rede básica.
(B) O cumprimento das metas pactuadas nos planos de atendimento individualizado de cada unidade da rede.
(C) A distribuição territorial das situações de vulnerabilidade e risco social que incidem sobre famílias e indivíduos.
(D) O impacto das ações intersetoriais na redução de desigualdades entre os usuários atendidos.
(E) A eficiência operacional dos serviços de acolhimento institucional voltados ao público infantojuvenil.

QUESTÃO DISCURSIVA

Texto I

Embora fundamentais, as normatizações e institucionalidades formais, a exemplo dos Cras, não garantem por si só a materialização do conteúdo inerente aos direitos socioassistenciais. Depreende-se que isso ocorre especialmente quando o atendimento ao usuário, realizado no espaço do Cras, parte do princípio da negação da responsabilidade pública, do não compromisso com a qualidade e continuidade dos serviços oferecidos. A afirmação do Sistema enquanto gestão e garantia de direitos sociais no campo da assistência social exige um reordenamento que ultrapassa as questões previstas nos instrumentos legais que o formalizam.

Adaptado de COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; SILVA, M. O. da S.; RAICHELIS, R. (orgs.).
O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2013.

Texto II

Em um município fluminense, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) instalado em área de alta vulnerabilidade social mantém suas atividades formais, com equipe técnica designada e registros administrativos atualizados. Ainda assim, usuários relatam interrupções frequentes no atendimento, alterações não divulgadas nos critérios de acesso a serviços e benefícios e inexistência de parâmetros estáveis quanto à regularidade e à qualidade das ações ofertadas. A gestão local sustenta que a proteção social básica está garantida pela existência da unidade e pelo cumprimento das rotinas administrativas.

Sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), elabore um texto dissertativo-argumentativo que aborde os itens a seguir.

A) Os problemas no funcionamento do CRAS descritos no Texto II e indique os princípios e as diretrizes estruturantes do SUAS que são contrariados;

B) O modo como o Texto I contribui para a compreensão crítica da situação apresentada no Texto II, considerando a relação entre funcionamento formal e garantia efetiva de direitos;

C) Uma proposta de reorganização da prática institucional descrita no Texto II, coerente com os princípios e as diretrizes estruturantes do SUAS e com a finalidade pública do CRAS.

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Realização